

DEFENDER A ESCOLA PÚBLICA GARANTIR O ACESSO À EDUCAÇÃO

A Escola Pública de qualidade e gratuita é o modelo mais avançado e moderno, mais justo, mais livre e fraterno de organização do sistema educativo. É um factor necessário e imprescindível do desenvolvimento político, económico, social e cultural, e é um pilar da democracia e da nossa soberania.

Incube ao Estado, no respeito pelos direitos constitucionais, garantir a todos os portugueses, segundo as suas capacidades, o acesso a graus mais elevados do ensino, da investigação científica e da criação artística, e estabelecer progressivamente a gratuidade de todos os graus de ensino.

OS GANHOS OBTIDOS COM A ESCOLA PÚBLICA SÃO EXTRAORDINÁRIOS.

Destacamos alguns:

- quase erradicação do analfabetismo;
- oferta generalizada da Educação Pré-escolar;
- criação de contextos de inclusão educativa, com respostas positivas e adequadas;
- redução significativa das taxas de insucesso e abandono escolares, ainda que continue muito por fazer;
- resposta positiva que foi dada a sucessivos alargamentos da escolaridade obrigatória;
- acesso de muitos milhares de jovens ao ensino superior.

APESAR DE TUDO AINDA HÁ MUITO POR FAZER

Portugal está nos níveis mais baixos dos índices escolares entre os países da OCDE

- A taxa de abandono precoce é superior a 27%
- 3 500 000 portugueses não têm qualquer diploma ou apenas concluíram o ensino básico
- 1 500 000 portugueses entre os 25 e os 44 anos, não concluíram o ensino secundário



O AVANÇO DAS POLÍTICAS DE DIREITA E AS CONSEQUÊNCIAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

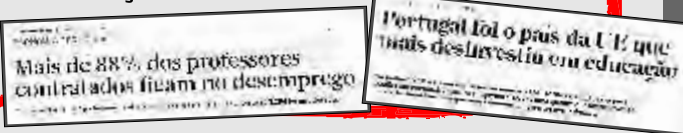
A opção de desresponsabilização do Estado – concretizada através de cortes brutais no investimento público – tem tido impacto significativo na degradação da qualidade pedagógica, na desvalorização curricular e na fragilização da formação da cultura integral do indivíduo, na desvalorização sócio laboral da profissão docente e no recurso ilegal à precariedade na contratação dos professores, funcionário, técnicos, no favorecimento da escola privada e do “negócio” da educação.

De forma particularmente grave, e num período de tempo relativamente curto, foram implementadas várias medidas com forte impacto na desvalorização da Escola Pública:

- fim da gestão democrática das escolas;
- criação de 170 novos mega-agrupamentos, depois de em 2010 terem sido constituídos 74;
- implementação do ensino dual e vocacional;
- aumento do número de alunos por turma;
- reorganização curricular e despedimento de milhares de professores;
- discriminação e segregação de milhares de alunos com necessidades educativas especiais;
- degradação da acção social escolar;
- despedimento de mais de 25 000 professores desde 2011;
- primado dos exames nacionais, desvalorizando a avaliação contínua como um método mais justo de avaliação dos alunos;
- transferência de responsabilidades para as autarquias, criando situações de desigualdade objectiva;
- centenas de escolas com condições degradadas ou insuficientes.

O ano lectivo de 2014/2015 começa com graves problemas:

- milhares de professores por colocar;
- milhares de assistentes técnicos em falta nas escolas;
- escolas de acolhimento sem condições para albergar os alunos transferidos das escolas que encerraram;
- autarquias sem os meios para garantir os transportes escolares e a alimentação às crianças.



ENCERRAMENTO DE ESCOLAS

Desde de 2002 até hoje fecharam cerca de 6500 escolas do 1º ciclo do ensino básico. Uma média de 500 por ano

ELITIZAR O ENSINO

As alterações curriculares que têm sido realizadas, são de natureza política e procuram atingir dois objectivos: por um lado, reduzir custos dispensando professores, por outro, empobrecer as aprendizagens da generalidade dos estudantes, tanto em qualidade, como em diversidade, na certeza de que estas poderão ser adquiridas por quem tiver condições financeiras para a sua aquisição. Às elites é proporcionado o melhor, à grande maioria é dado acesso ao chamado essencial. Foram estabelecidas metas curriculares e impostos exames que começam logo no 1º ciclo do ensino básico e se estendem ao longo de toda a escolaridade. Ou seja à possibilidade de termos um sistema educativo orientado para a aquisição de conhecimentos, o desenvolvimento de capacidades e a construção de competências, temo-lo reduzido à aquisição de determinadas competências. Daí a aposta firme deste governo na chamada via profissional dual, tendo, para o efeito, comprado a patente ao governo de Merkel. Trata-se de um modelo duramente criticado no plano internacional, designadamente dentro da OCDE por ser discriminatório logo desde muito cedo.

AS FAMÍLIAS E AS DESPESAS COM A EDUCAÇÃO

De acordo com o último Inquérito Quinquenal às Despesas Familiares (2010/2011) e a variação do Índice de Preços ao Consumidor, entre 2011 e 2013, as famílias com filhos dependentes têm uma despesa média anual com a Educação de 1078 euros. Sendo que essa despesa é de 938 euros para as famílias com apenas um filho e 1339 euros para as famílias com 2 ou mais filhos.

O ENSINO SUPERIOR NÃO É UM LUXO

A drástica redução de financiamento agora anunciada é somente a última de uma longa série. Desde o virar do século assistimos a reduções sucessivas nos financiamentos, congelamento de carreiras docentes, a precarização de uma parte significativa de professores, a não contratação sistemática de novos docentes para substituir os que se vão reformando. O resultado é a degradação evidente das condições de funcionamento das escolas.

Há quinze anos o PCP alertava para os propósitos do processo de “Bolonha” que então se iniciava e que nada tinham a ver com a proclamada intenção de melhor adequar os paradigmas de ensino e avaliação. Hoje, como que para confirmar inteiramente o que então alertámos como sendo uma escalada das certificações acompanhada por uma real diminuição das competências, vem o ministério de Crato introduzir diplomas “relâmpago”, com somente dois anos curriculares. Confirma-se igualmente a denúncia feita pelo PCP, de que com “Bolonha” aumentariam ainda mais os custos do ensino a quem queira ter uma formação completa.

Os contornos já conhecidos do propalado plano de reestruturação e “racionalização” da rede de ensino superior, apenas serve o objectivo de acentuar a precarização docente, de eliminar a diversidade de currículos e acentuar a centralização com o agravamento das assimetrias regionais.

FINANCIAMENTO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO

Entre 2011 e 2014 o corte no financiamento do ensino básico e secundário foi de 1330 milhões de euros. No ensino superior o corte entre 2010 e 2014 foi de 330 milhões de euros.



POR UMA ESCOLA PÚBLICA GRATUITA, DE QUALIDADE E PARA TODOS

O PCP DEFENDE:

- ▶ investimento numa Escola Pública de Qualidade, com gratuidade de todo o ensino público como prioridade estratégica;
- ▶ fim do financiamento público das escolas privadas;
- ▶ gratuidade dos manuais escolares;
- ▶ reorganização curricular de acordo com as necessidades do desenvolvimento da sociedade e da formação integral dos estudantes, segundo o princípio da igual dignificação das diversas vias de ensino;
- ▶ aprovação de novos modelos de avaliação dos estudantes, assentes em princípios de avaliação contínua;
- ▶ estabelecimento de um novo e mais justo regime de acesso ao ensino superior através do reforço da acção social escolar (bolsas e apoios) e **abolição das restrições quantitativas globais (numerus clausus)**;
- ▶ reorganização da rede de ensino superior por critérios que não sejam economicistas e da estrutura e organização dos cursos, libertando-os da matriz de Bolonha;
- ▶ **abolição das propinas**;
- ▶ **aposta na investigação científica**, como investimento num futuro de progresso e desenvolvimento.

Há um rumo alternativo para a educação. O imperativo da luta pela construção de um Escola Pública, gratuita, de qualidade e para todos, ao serviço dos portugueses e do País, está nas mãos do povo, dos trabalhadores do sector educativo, dos estudantes, contribuindo com a sua participação nesta luta decisiva para o desenvolvimento integrado de Portugal. É uma luta que deverá envolver toda a sociedade portuguesa.